

## AS REIVINDICAÇÕES QUE CONSTRUÍMOS COM O CONHECIMENTO DA REALIDADE

Com o trabalho sistemático desenvolvido pela Inter-Reformados com um forte envolvimento de um grande número de sindicatos e de federações onde funcionam departamentos/comissões de reformados/aposentados/pensionistas foi possível, em Janeiro de 2013, realizar a sua 7ª Conferência, já em plena crise económica.

O resultado desta conferência permitiu-lhe desenvolver o trabalho reivindicativo que tem vindo a concretizar, com as necessárias atualizações que a realidade impõe.

Várias têm sido as ações desencadeadas para que as reivindicações se concretizem. As vitórias têm sido escassas, considerando o número de ações desenvolvidas, mas, em momentos políticos tão graves como os que estamos a viver, há que fazer outra contabilização das vitórias há que incluir o que também se impede com as lutas.

É necessário relevar duas questões em aberto e que fazem parte das reivindicações da 7ª Conferência a consagração do direito à proteção na dependência e a definição de uma política integrada para a população reformada e idosa.

### Vamos à luta, EXIGINDO:

- ➔ **A criação** de uma taxa contributiva que incida sobre a riqueza criada nas empresas (valor acrescentado líquido), a complementar a contribuição sobre os salários, como garante da sustentabilidade da Segurança Social, para além do emprego estável
- ➔ **O aumento anual** de todas as pensões de reforma e dos apoios sociais
- ➔ **A revogação** do Fator de Sustentabilidade e das medidas relativas ao aumento da idade da reforma/aposentação
- ➔ **A devolução** de todos os montantes roubados às pensões desde 2011
- ➔ **A devolução** dos subsídios de férias e de natal, confiscados em 2012
- ➔ **A estabilização** das regras para o cálculo das pensões
- ➔ **A reposição** do pagamento do subsídio de natal no mês Novembro, terminando com o pagamento em duodécimos
- ➔ **A reposição** de todos os complementos de reforma
- ➔ **A reposição** dos direitos dos reformados nos contratos coletivos e regulamentos internos das empresas
- ➔ **A redução** de 50% no custo dos passes sociais
- ➔ **O direito** a uma habitação digna

### NA SAÚDE

- ➔ **A defesa do Serviço Nacional de Saúde** público, universal e gratuito
- ➔ **A revogação** das taxas moderadoras
- ➔ **A melhoria das estruturas** de apoio aos idosos, nomeadamente nos equipamentos, considerando o envelhecimento da população e o crescente aumento da esperança média de vida
- ➔ **O reforço** da rede de cuidados primários de saúde
- ➔ **O alargamento** da rede pública de cuidados continuados e de lares
- ➔ **A consolidação** da ADSE como sistema de saúde autónomo da Administração Pública a par do reforço e melhoria dos serviços prestados aos beneficiários
- ➔ **A revogação** do aumento da contribuição para a ADSE, sistema já suportado em mais de 60% pelos trabalhadores e que num ano aumentou de 1,5% para 3,5% (+ 133%)

### NA FISCALIDADE

- ➔ **A implementação de uma política fiscal mais justa** e que esteja ao serviço do país, o que passa por aumentar a receita fiscal através da taxação do capital e da diminuição dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e das pensões de reforma
- ➔ **O combate à fraude** e à evasão fiscal e contributiva
- ➔ **O alargamento dos escalões de IRS** e aumento das deduções à coleta, nomeadamente, em despesas de saúde e habitação
- ➔ **A revogação da sobretaxa** (3,5%) de IRS
- ➔ **A eliminação total** da Contribuição Extraordinária de Solidariedade
- ➔ **O desagravamento** do IVA e IMI



**25 ANOS DE LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS REFORMADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS!**

Em 10 de Novembro deste ano completaremos 25 anos como organização da CGTP-IN. A nossa força resulta da vontade de continuarmos ligados aos nossos Sindicatos, após a passagem à condição de reformados ou aposentados.

Ao longo das nossas vidas, trabalhamos, descontámos para termos pensões de reforma, de acordo com regras estabelecidas, nunca para sermos desrespeitados, com roubos e mais roubos feitos pelos sucessivos governos desde o PS ao actual governo de direita de PSD/CDS-PP, que atingiram já os 5 mil milhões de euros.

E como encara a direita os reformados e o seu envelhecimento? Da pior maneira, conduzindo à pobreza um cada vez maior número de idosos, reformados, em que 60% tem pensões baixas. Exigimos a revalorização de todas as pensões de reforma, redução dos impostos que tão gravosamente as afetam, como IRS, IVA e IMI.

O envelhecimento, com o aumento da esperança média de vida, uma grande conquista civilizacional, exige políticas sociais adequadas à realidade, que respondam à necessidade de melhor saúde, com o reforço da rede de cuidados primários, continuados e de lares, com revogação de taxas moderadoras no S.N.S.. Queremos passear, conviver, ter acesso à cultura e ao lazer, entre outras condições que nos permitam envelhecer dignamente.

Somos mais de 3 milhões de reformados, não queremos ser encarados como "consumidores de recursos" ou meros votantes passivos. Temos memória! Nas próximas eleições legislativas não queremos a alternância que nos tem "tramado".

Uma verdadeira alternativa patriótica tem de ser à esquerda, porque "a direita dá cabo de nós". Vamos continuar a lutar lado-a-lado com os trabalhadores, organizados nas comissões de reformados, nos departamentos de aposentados, sempre na defesa intransigente dos nossos direitos.

**Unidos venceremos!**

# EM MAIO PARA REFORÇAR ABRIL



Os trabalhadores reformados estão cada vez mais conscientes das dificuldades impostas por este governo PSD/CDS, que ultrapassando largamente as já infames propostas da troika.

A Inter-Reformados tem denunciado sistematicamente as causas da perda continuada dos nossos rendimentos, com as inevitáveis e dramáticas consequências económicas e sociais.

## Comissão de Reformados do STML uma experiência



A Comissão de Reformados do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, conta já com 19 anos de atividade. É sua principal missão promover a manutenção da vinculação sindical dos associados após a sua passagem à reforma, encarando a aposentação como um novo ciclo na vida dos trabalhadores, que importa prosseguir de forma socialmente activa, empenhada e solidária. Sempre que um associado se reforma, é-lhe remetida uma carta em que se expõe a importância da continuidade da ligação ao sindicato, convidando-o a participar nas actividades da Comissão.

Reune mensalmente para debater os temas político-sociais que interessam aos trabalhadores aposentados, estimulando o seu envolvimento nas acções promovidas pelo Movimento Sindical Unitário; organiza mensalmente visitas guiadas a centros e exposições de natureza cultural; participa nos Encontros e Conferências realizados pelas estruturas sindicais de Reformados; articula a sua acção com a direcção do Sindicato, com a CGTP/Inter-Reformados e com a Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum.

Comunica e divulga as suas actividades recorrendo aos meios disponíveis, nomeadamente: colaboração no boletim bimestral do sindicato; manutenção da página "Reformados" no sítio do sindicato na web; envio de cartas e de mensagens via e-mail e SMS; colocação de comunicados em painéis sindicais nos refeitórios municipais.

São mulheres e homens que viveram a juventude em tempos de ditadura, que sofreram os efeitos das guerras coloniais; que pagaram sempre os impostos sobre o rendimento do seu trabalho; que descontaram sempre para a segurança social do Estado; que dedicaram décadas de trabalho empenhado ao serviço dos municípios de Lisboa e à defesa dos interesses dos trabalhadores. E que agora, numa fase avançada das suas vidas, sendo confrontados com políticas e políticos que lhes roubam as pensões e retiram direitos, não se resignam nem desistem de lutar.

web: [www.stml.pt](http://www.stml.pt)  
Telefone: 218 885 430  
e-mail: [aposentados@stml.pt](mailto:aposentados@stml.pt)

O Orçamento do Estado para 2015 é mais um exemplo dos falaciosos argumentos do governo, pois mantém medidas redutoras que atingem os alvos do costume: reformados e trabalhadores.

São os casos da manutenção da CES, embora com âmbito mais reduzido, do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos, da continuação da sobretaxa de 3,5% no IRS, do congelamento de todas as pensões (excepção para as mínimas) que nem o PS, já em campanha pré-eleitoral eleitoral, se propõe aumentar. O governo, ao prosseguir esta política, está a condenar à pobreza e à exclusão social grande parte da população e a fazer dela o suporte preferencial para a redução do défice.

Foi num quadro de contestação que se desenrolaram as grandes acções do 25 de Abril e do 1º de Maio, duas datas com uma importância capital para a nossa geração, nas quais participámos activamente.

A Inter-Reformados de Lisboa realizou um almoço comemorativo do 25 de Abril, com a participação de uma centena de reformados, tendo esta iniciativa contado com uma componente de análise político-sindical, complementada com uma tarde cultural.

A Comissão Nacional de Aposentados de Sindicatos da Frente Comum levou a efeito, a 8 de Maio, uma jornada de esclarecimento e luta na baixa lisboeta, que incluiu uma exposição e debate sobre a evolução da protecção social e a destruição dos direitos dos reformados.

O espírito de Abril tem de ser mantido e reforçado para bem de todos nós que acreditamos num país mais democrático e socialmente mais justo.

## AS POLÍTICAS SOCIAIS E O ASSISTENCIALISMO

Fernando Marques

**Ao analisarem-se hoje as políticas sociais a primeira questão a colocar é a da natureza dos principais problemas sociais do país. Existem, em minha opinião, quatro.**

**O PRIMEIRO** é o da garantia de um adequado nível de vida a uma elevada população reformada. Temos uma população envelhecida e um elevado número de reformados. Ora, apesar de progressos feitos ao nível das pensões mínimas, verifica-se que 60% desta população tem baixas ou muito baixas pensões.

**O SEGUNDO** respeita à persistência e agravamento da pobreza. O chamado "risco" de pobreza e de exclusão social atinge 27,5% da população em 2013. Este valor incorpora um aumento de 300 mil pessoas desde 2011. O problema da pobreza dos idosos não está ultrapassado. Mas o que hoje é igualmente relevante é haver cada vez mais pessoas pobres em idade activa (como os 11% de trabalhadores e os mais de 40% de desempregados).

**O TERCEIRO** tem a ver com o desemprego, sobretudo o de longa duração que hoje atinge a maioria, e a precariedade de emprego. À medida que aumenta a duração do desemprego é maior o risco de se cair na pobreza e na exclusão.

**O QUARTO** respeita ao risco de maiores desigualdades no futuro em resultado das actuais medidas de enfraquecimento das políticas sociais. Somos uma sociedade com rendimentos baixos e com fortes desigualdades sociais. Que estão a crescer. Por exemplo, na saúde aumentou a parte da despesa paga pelo utente.

Que respostas e qual a natureza das políticas em curso? Precisamos de ter crescimento económico para financiar as políticas sociais necessárias. Para isso há que romper com a tendência de baixo crescimento e com o enfraquecimento da capacidade produtiva devido à quebra do investimento, à perda de qualificações

causada pelo desemprego e à emigração.

Vale a pena salientar que temos uma situação demográfica preocupante. Não podemos dizer que a causa é a política de austeridade porque há tendências que vêm de antes, como a baixa fecundidade. Mas agravou. Projeções de evolução da população apontam para a sua forte quebra nas próximas décadas. Hoje o próprio governo fala em políticas de natalidade o mesmo governo que desarticulou as políticas de apoio à família!

Como financiar as políticas sociais? Os factores críticos são o crescimento, o emprego, os salários e a justiça fiscal. Mais crescimento económico origina mais receita de contribuições sociais e de impostos.

Mas chegará? Não podemos esquecer que os encargos anuais com a dívida pública representam mais de 5% do PIB. Para a direita o problema resolve-se obtendo elevados saldos orçamentais. Não se importam de pôr em causa a despesa social pois o seu objectivo é precisamente atacar o Estado Social.

Não podemos pois separar a questão do nível (insustentável) da dívida pública do futuro das políticas sociais. Nem podemos evitar a questão dos impostos. É o nosso nível fiscal (o seu valor no PIB) exagerado? A nosso ver o

problema de fundo não reside neste nível (que aliás é inferior ao da zona euro) mas, sobretudo, no exagerado peso dos que recaem sobre o trabalho assalariado e os pensionistas. Ou seja, o problema está na injustiça fiscal.

Hoje fala-se muito na reforma do Estado e há quem de boa-fé argumente haver ineficiências e desperdício de recursos. Mas não é por isso que se quer tal reforma. Quer-se antes reduzir a despesa social e, sobretudo, substituir prestações sociais atribuídas na base de direitos por apoios ou prestações assistencialistas. Darei dois exemplos. O primeiro é o da criação pelo Governo do Programa de Emergência Social focado na carência alimentar e na delegação de funções nas IPSS – quando, ao mesmo tempo, se reduz drasticamente o número de beneficiários de prestações do sistema de Protecção Social de Cidadania. O segundo é o do abono de família. Passámos de um valor uniforme para escalões; em 2010 eliminaram-se os escalões com valor superior ao IAS; em 2013 o FMI propôs eliminar o 3º escalão. Ou seja, há todo o caminho no sentido da substituição de uma prestação universalista por uma prestação de valor uniforme dirigida aos pobres. Em suma e em conclusão: o que está em causa é substituir o Estado Social pelo assistencialismo.

